

Márcio Moreira Alves

A visão de Sarney

Transcorreram ontem os primeiros dez anos da re-democratização do país. O destino reservou a tarefa de consolidá-la a um ator improvável, José Sarney. Ex-presidente da Arena, o partido de apoio do autoritarismo militar, estava ele preparado apenas para ser uma discreta sobra de Tancredo Neves. O seu papel era lembrar ao presidente da República que a sua eleição só se tornara possível em virtude dos votos de antigos governistas no colégio eleitoral indireto. Teria, portanto, uma atuação parecida com a que hoje cabe a Marco Maciel. Deveria atuar, quando recebesse delegação, no terreno que melhor conhece, que é o Congresso.

Hoje, José Sarney está treinando para Ulysses Guimarães. Na Constituinte, os parlamentares liam jornais, escreviam, conversavam no plenário, até jogavam bolinhas de papel uns nos outros, enquanto o Dr. Ulysses não assumia a presidência dos trabalhos. Ulysses sentava, apertava a campainha e os escolares e férias voltavam a ser representantes do povo. Feito silêncio, vinha a ordem: "Vamos votar". Todos ganhavam as suas cadeiras, colocavam as suas chaves no lugar, apertavam os botões e votavam.

— Ao longo do meu governo, construímos uma sociedade democrática, mas as nossas instituições ainda não são plenamente democráticas. Há uma poderosa sociedade civil organizada que pretende ter uma legitimidade igual à dos parlamentares, mas o Congresso perdeu poder, inclusive quando comparado ao período militar. Na sociedade civil todos se sentem iguais e acabamos com as castas sociais. A última vez que um trabalhador sentiu-se inferior ao patrão foi no debate

entre Lula e Collor, nas eleições de 1990.

Sarney dedica o seu esforço e usa a posição privilegiada de presidente do Senado para corrigir os desvios de funcionamento que detecta. Acabou com o colégio de líderes, coloca em votação todas as propostas que aparecem. "Não estou aqui para engavetar projetos de lei, defendendo o interesse de quem quer que seja", afirma. Isso vale para a lei complementar que regula os juros em 12% ao ano. Diz ainda:

— Os três poderes só voltarão a ser equilibrados quando tomarmos duas providências: dar eficiência às deliberações do Congresso e limitarmos drasticamente o poder do Executivo de editar medidas provisórias. Ao tempo dos militares, o decreto lei só podia ser usado em matérias de segurança nacional e de finanças. Agora, até para determinar o teor de todo no sal, que é assunto de portaria, se fez uma MP.

Na visão do senador José Sarney, as reformas da Constituição são indispensáveis à governabilidade e ao aperfeiçoamento da democracia, objetivos estratégicos a serem buscados por todas as forças políticas. Há, no entanto, uma tarefa de curto prazo que pretende assumir no Congresso:

— Temos que criar uma união nacional em defesa do real, diz ele. A estabilidade da moeda passa antes de tudo, porque se a inflação voltar e a economia ficar desordenada as instituições podem correr o maior dos perigos, que é a desilusão do povo.

Sarney pretende começar já com as forças políticas sobre o real. Será ele o articulador político que Fernando Henrique anda buscando?

16 MAR 1995

CORREIO BRAZILIENSE